

PEDAÇO DO QUINHÃO ➤ Cooperativas e bancada federal discutirão participação nos R\$ 4,2 bi em investimentos

Sicredi/Sicoob querem o FCO

MARCOS LEMOS
DA REDAÇÃO

Executivos dos sistemas de crédito cooperativo Sicredi e Sicoob em Mato Grosso e membros da bancada federal do Estado se reúnem esta semana com a cúpula da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), em Brasília, para reivindicar mudanças na aplicação de recursos do FCO. Apoiadas pelo setor produtivo local, as instituições de crédito almejam uma maior participação como repassadoras de recursos do fundo, forte pilar no fomento de atividades econômicas no Estado e da região. Para 2013, estão programados R\$ 4,9 bilhões para financiamentos via FCO. O Banco do Brasil é o operador oficial de recursos do fundo.

Audiência está marcada para esta terça-feira (20), no gabinete do diretor superintendente da Sudeco, Marcelo Dourado. O grupo mato-grossense é capitaneado pelo deputado federal Homero Pereira (PSD), líder da Frente Parlamentar da Agropecuária e da Bancada Federal de Mato Grosso, e pelo presidente da Central Sicredi em Mato Grosso, Pará e Rondônia e vice-presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) em Mato Grosso, João Carlos Spenthof. Demais membros da bancada mato-grossense e líderes de entidades representativas de classe também deverão participar da reunião.

“Nossa intenção não é apenas repartir os recursos do FCO e sim chamar novas



João Carlos Spenthof, presidente da Central Sicredi; Deputado federal Homero Pereira (PSD) que é líder da Bancada

instituições para também aportarem novos recursos e se constituírem em fomentadores do desenvolvimento da região que mais cresce no Brasil e de onde tem vindo o equilíbrio da economia”, disse Homero Pereira.

O encontro reabre o debate de uma das pautas defendidas por empresários e produtores rurais de Mato Grosso junto ao

governo federal: a redefinição de critérios para a operacionalização e distribuição de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. O propósito é que a pulverização do dinheiro contido no fundo, ano a ano, conte também com a atuação das cooperativas de crédito Sicredi e Sicoob.

A defesa é a de que a participação dessas duas instituições, com forte identidade e penetração especialmente junto ao setor agropecuário, poderá conferir mais capilaridade e agilidade nas liberações de financiamentos, atendendo, inclusive, uma maior quantidade de pequenos tomadores. Dados apontam que o valor médio



Marcus Vaillant



Centralização dos recursos do FCO estão no Banco do Brasil

das operações de financiamento de recursos do FCO já repassados via Sicredi e Sicoob não passa de R\$ 60 mil por tomador.

Bandeira - Sicredi e Sicoob propõem junto ao governo federal que a atuação como repassadores de recursos do FCO seja proporcional à participação das instituições no mercado financeiro. Nesse cenário, os dois sistemas cooperativos seriam o canal para distribuição, caso tenham o aval necessário, de R\$ 210 milhões ao ano em recursos do fundo de desenvolvimento em todo o Centro-Oeste.

As duas instituições vem atuando desde 2008 na aplicação dos recursos do FCO, porém, aquém da capacidade. Federações e entidades de classe ligadas ao setor produtivo de Estados do Centro-Oeste apontam que a atuação do Sicredi e Sicoob é benéfica na pulverização de recursos do fundo por se tratarem de instituições com grande capilaridade e atuação social e com agilidade na análise e liberação dos recursos, sem prejuízo da segurança financeira, entre outras vantagens.

DENTRO OU FORA ➤

Conversa com Dilma decidirá futuro de Blairo

MARCOS LEMOS
DA REDAÇÃO

As próximas horas serão decisivas para o futuro político do senador Blairo Maggi (PR) que espera em conversa com a presidente, Dilma Rousseff (PT) decidir se desembarca ou não do Partido da República onde passou a ser rejeitado pela cúpula por causa de sua ligação com o Planalto e por não ter endurecido quando o então ministro e senador Alfredo Nascimento foi apeado do Ministério dos Transportes, juntamente com Luiz Antônio Pagot do DNIT, seu indicado, por suposta cobrança de propina, que até hoje não ficou comprovada.

O assunto ganhou às rodas políticas de Brasília nos últimos dias por causa de três consultas formuladas ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE, uma de Blairo Maggi e as outras duas do senador Cidinho Santos, suplente no exercício do

mandato e o segundo suplente, Rodrigues Palma. A intenção dos três era de trocar de partido conjuntamente para que o PR não tivesse oportunidade de pedir o mandato.

Como a Justiça Eleitoral tem aceito argumentos para troca de partido no caso de confronto entre filiado e agremiação, o fato de Blairo, Cidinho e Palma não terem sido sequer convidados a participar do encontro da Executiva Nacional que reconduziu por mais quatro anos o senador Alfredo Nascimento na presidência e o deputado Valdemar Costa Neto como secretário-geral está sendo considerado um motivo forte para troca de agremiação.

Se isto se concretizar qual seria o melhor caminho para o senador mato-grossense, o que envolve ainda os anseios da presidente, Dilma Rousseff de continuar tendo o PR como aliado, o que poderia fazer com que Maggi revisse sua es-



Ednilson Aguiar/Secom-MT

Blairo Maggi e a possibilidade de troca de partido de olho na sucessão em 2014 para o Governo

tratégia de sair e correr o risco de enfrentar à Justiça Eleitoral por questões de fidelidade partidária.

Maggi poderia ficar no PR se viesse fortalecido por uma decisão presidencial (leia-se uma nomeação

para um Ministério de Estado), além da possibilidade de trocar o partido por duas outras forças políticas o PMDB, seu sonho de consumo nunca vivido mas sempre asse-

diado e que voltou a receber convites nos últimos dias ou mais recentemente o PSB do governador e presidenciável, Eduardo Campos. Em ambas possibilidade pesa ainda a vontade de disputar o governo do Estado em 2014.

Pinheiro quer liberar emendas

MARCOS LEMOS
DA REDAÇÃO

Próximo de ser apreciado o orçamento para 2013 estimado em R\$ 12,8 bilhões, o deputado Emanuel Pinheiro (PR) vai defender que o Governo do Estado libere as emendas parlamentares que se encontram aprovadas mas não executadas para atender as demandas municipais neste final de mandato e no início do próximo mandato a partir de 1º de janeiro. “Quem está saindo precisa fechar suas contas e prestar informações de todo o andamento da gestão sob pena de ser responsabilizado civil e criminalmente o que não seria justo já que muitas das obras e ações deixaram de ser executadas por falta de repasses e de cumprimento dos convênios com o Estado e com o Governo Federal”, disse o parla-

mentar republicano.

Para ele é preciso que os Governos Federal e Estadual dêem condições para a conclusão dos mandatos e para o início das novas gestões sob penas dos municípios sofrerem solução de continuidade. “A voz uníssona é de que caiu a arrecadação de impostos, mas é preciso que a população saiba que a redução se deu porque o governo federal concedeu incentivos que mexeram com a base da economia dos Estados e Municípios e isto não pode penalizar as administrações, mesmo que em detrimento da própria população que foi instigada a consumir bens”, frisou o parlamentar preocupado não apenas com o endividamento público, mas das famílias de uma maneira em geral.

“Os próprios deputados estaduais tem enfrentado dificuldades pela não liberação das

emendas que foram comprometidas e que serviram para atender as demandas municipais”, lembrou Emanuel Pinheiro assinalando que recursos das emendas seriam importante para que as cidades pudessem atender suas expectativas por obras consideradas essenciais.

Ele estimou em cerca de R\$ 80 milhões o valor devido pelo Governo do Estado em emendas parlamentar. “Estamos próximos de apreciar a Lei Orçamentária Anual - LOA de 2013 que prevê recursos da ordem de R\$ 12,8 bilhões para o próximo ano e fica o impasse de apresentar ou não emendas, pois assim que são apresentadas pelos deputados elas geram expectativas que não estão se confirmando no futuro e geram dificuldade no relacionamento com a sociedade”, disse Emanuel Pinheiro.



Chico Ferreira

Emanuel Pinheiro volta a cobrar liberação de emendas

Galindo chamará 300 concursados

SISSY CAMBUIM
DA REDAÇÃO

Até o final de seu mandato, daqui cerca de 40 dias, o prefeito de Cuiabá, Chico Galindo (PTB) garante que convocará 300 aprovados no último concurso público realizado pelo Município. De acordo com ele, as nomeações estão ocorrendo semanalmente em todos os setores. À medida que forem nomeados os efetivos, também ocorrerão exonerações. Logo que assumiu definitivamente o comando do Palácio Paiaaguás, o prefeito promoveu um enxugamento da máquina, demitindo mais de mil servidores contratados.

Agora, ele afirma que as demissões serão apenas no sentido de manter o equilíbrio da máquina, mas descarta novos cortes. “Não podemos inchar a máquina, ela tem um limite”, ponderou.

Ele ainda explica que, por determinação legal, todos os contratados terão que ser demitidos no final do ano. Na Educação, por exemplo, serão exonados, no próximo dia 15, cerca de 2 mil contratados. “Sem dúvida vai ter muitas demissões nesse sentido, o resto não, o que eu tinha que fazer, fiz no ano passado”, ressaltou.

A Agência Municipal de Regulação dos Serviços de Água e Esgoto (Amaes) trabalha com a previsão de um concurso público no ano que vem, já que funciona com servidores cedidos pela Prefeitura, tendo apenas 3 fiscais. Com a entrega dos Plano de Ação da CAB, a demanda deve aumentar.

Galindo garante que seu projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2013 prevê a realização de concursos públicos, mas não deixou nenhum processo licitatório em andamento. O prefeito eleito, Mauro Mendes (PSB) afirmou que realizará certames. No entanto, nos primeiros 6 meses de seu mandato, será impossível realizar uma nova seleção. Até lá, Mendes assegura que adotará as alternativas possíveis para suprir o funcionamento do Município com contratações temporárias.